



O PROGRAMA MESA BRASIL NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Área: SERVIÇO SOCIAL

EIDAM, Vanessa

BELINSKI, Luciana

Resumo:

O presente artigo apresenta alguns conceitos básicos sobre SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) e reflexões sobre o Programa Mesa Brasil SESC no Brasil e contextualiza sua atuação mais especificamente no município de Guarapuava. Relata sua contribuição enquanto agente de combate a fome, desnutrição e o desperdício de alimentos. Faz uma revisão histórica do seu surgimento e desenvolvimento, mostrando como funciona sua operacionalização e suas ações voltadas para a efetivação das políticas de SAN e do Direito a Alimentação. Traz a importância do programa, por suas ações desenvolvidas no sentido de acesso aos alimentos e ao mesmo tempo acesso a informação sobre o aproveitamento dos mesmos e sobre os direitos fundamentais do cidadão, que se dá através das ações educativas promovidas pelo programa. Busca através de sua parceria com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o fortalecimento da agricultura familiar e a preservação das diversidades e a promoção da sustentabilidade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Mesa Brasil; Direito a Alimentação.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que possui uma grande diversidade de riquezas naturais, porém ainda existem milhares de pessoas que ainda passam fome, sendo um dos campeões de desigualdades sociais do mundo. Segundo dados recentes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e estudos do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) em 2011 são 16,2 milhões de brasileiros que ainda se encontram em situação de miséria e sofrem



com a fome, sendo 8,6% da população que vive com até setenta reais mensais, ainda segundo os dados do MDS, 40% desta população são crianças.

Diante destes dados, temos ainda que dentre as manifestações de desigualdade se encontra o difícil acesso aos alimentos, e neste sentido depois de oito anos do início das atividades do Programa Mesa Brasil Sesc (PMBS), podemos destacar a importante contribuição deste na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. De acordo com o artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), tem-se o conceito de SAN, que diz ser direito de todos ao acesso regular e permanente aos alimentos, em quantidade suficiente e de boa qualidade, respeitando as diversidades e sendo sustentáveis.

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável.(BRASIL,2006)

Atuando no âmbito de SAN o PMBS é uma rede nacional que tem por objetivo diminuir a fome, a desnutrição e o desperdício no país, isso se dá através do repasse dos alimentos excedentes, buscando onde sobra e distribuindo onde falta. Este procedimento se apresenta de duas formas: a Colheita Urbana que é uma coleta diária de alimentos nos supermercados, padarias e demais comércios da área alimentícia, que não estão mais próprios para o mercado, mas são de excelente qualidade para o consumo, e a sua distribuição é imediata; e o Banco de Alimentos que recolhe os alimentos para armazenamento em curto prazo, classificação dos gêneros e distribuição, este é modelo é utilizado com os produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), devido ser uma quantidade elevada, e vir de localidades distantes, é necessário o armazenamento e fragmentação das quantias para a distribuição as instituições.

Contextualizando o PMBS para melhor compreensão de sua estrutura, destaca-se que o SESC (Serviço Social do Comercio) atua desde 1946 atendendo as necessidades e carências dos trabalhadores do comércio. Em 1991, foi implantado o Projeto SOPA e PÃO no estado do Paraná, e em 1994 iniciou-se o Projeto MESA SÃO PAULO, que se multiplicou para o Rio de Janeiro em 2000, Ceará em 2001 e Pernambuco em 2002. Com o sucesso alcançado nos



cinco Departamentos Regionais, com resultados expressivos, mostrou-se a possibilidade de desenvolver ações conjuntas entre empresariado, grupos voluntários, sociedade civil organizada e Estado para buscar amenizar as dificuldades que afligem a população.

Desta forma ao longo do ano de 2002, o Departamento Nacional do SESC estruturou o PMBS, que atua como uma ponte entre os empresários e instituições que atendem populações que se encontram em insegurança alimentar e nutricional. O Programa desenvolve uma ação socioassistencial, onde somam o acesso ao alimento e o acesso a informação, por que o combate a fome pautado nos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, vão além da distribuição de alimentos, buscam que todos devem ter acesso inalienável a alimentação adequada e regular, promovendo modos de vida sustentáveis, e direitos humanos para o pleno acesso ao trabalho e a renda para aquisição de alimentos e mecanismos que garantam a possibilidade de uma produção sustentável dos mesmos (MALUF, 2009).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Um grande pensador da temática de SAN, foi Josué de Castro o qual lançou o livro "Geografia da Fome" em 1946, este mostrou que o problema da fome, esta ligado a formação sócio-histórica e político-social do Brasil. Por causa de suas ações e de suas denúncias, Castro foi considerado subversivo, pelo regime da Ditadura Militar e mandado para o exílio, em 1964 foi presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), e em 1973 morreu em Paris ainda no exílio.

O cenário de lutas para a efetivação de políticas de SAN teve muitos avanços e muitos retrocessos. Um avanço foi a criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) em 1993 que funcionaria como um agente fiscalizador e monitorador das políticas e ações publicas, porem o CONSEA teve duração de apenas dois anos, até 1995, este foi interrompido devido a hegemonia neoliberal da época, onde houveram inúmeros cortes com gastos públicos e certas políticas foram deixadas de lado.

Diante desta situação, a soberania popular marcou presença nas mobilizações contra a fome, lideradas por Josué Castro e Hebert de Souza, o Betinho fomentaram campanhas,



dentre elas a “campanha contra a fome e a miséria e pela vida”, esta se tornou um marco na agenda política nacional.

A luta contra a fome e a desnutrição é retomada no início da década de 1980, no bojo da reorganização do sindicalismo, do movimento sanitário, e da sociedade civil no Brasil, na luta pela democratização do país, após quase vinte anos de regime ditatorial. (VALENTE, 2002, p.44)

Neste cenário de forte repressão política, a soberania popular mostrou o poder democrático que possuem, buscando a conquista e a efetivação de seus direitos, pois as políticas de SAN tem a participação da sociedade civil organizada.

As políticas de SAN tem suas bases firmadas aos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar. O DHAA deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, e diz respeito ao acesso aos alimentos em quantidade suficiente, para a proteção contra a fome e desnutrição, e em qualidade, no sentido de proporcionar prevenção de doenças associadas aos males da falta de alimentação, por que uma alimentação adequada vai pra além de uma ração balanceada nutricionalmente, deve proporcionar a formação de cidadãos saudáveis e uma boa qualidade de vida (MALUF,2009).

3. METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho foi necessário uma aproximação teórica com o temas abordados de Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania Alimentar e Direito Humano a Alimentação Adequada. Foram consultadas leis referentes a SAN, como o LOSAN (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional), ações e cartilhas do CONSEA.

Foi realizado estudo documental que nos possibilitou o conhecimento empírico dos dados sobre a realidade enfocada, por meio de informações obtidas junto ao Banco de Dados do PMBS, das cartilhas e dos planos de ação trienais. A pesquisa foi feita de forma quantitativa com análise dos dados e de forma qualitativa pela aproximação e vinculação da teoria com os dados empíricos.



4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Vem se intensificando a discussão de políticas sociais ligadas a SAN, sendo que elas atualmente assumem um caráter de promotoras do desenvolvimento econômico e social, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Neste sentido é uma parceria importante, que se faz destacar, o PAA eleva o PMBS para além de atendimentos emergenciais, pois fortalece a agricultura familiar e ajuda na permanência da família no campo, estando dentro dos princípios que regem as políticas de SAN. Segundo análise a documentos da SETP, sobre a região de Guarapuava temos a confirmação da importância do apoio a agricultura familiar.

Entre os casos mais abrangentes da região, que provocam a insegurança alimentar, está o agronegócio, basicamente latifundiários com produção pecuária, pinus, eucalipto, sendo que a fonte urbana de emprego, na maioria das vezes é o órgão municipal ou estadual. (SETP-PR,2009,p. 02)

Desta forma, percebe-se que a produção em grande escala não traz garantia de SAN, é necessário um fortalecimento nas políticas de cunho estruturante, que hajam no cerne da geração de desigualdade, que propiciem segurança e valorização para o pequeno produtor rural. Políticas que proponham ações que combine ações de equidade econômica e social, e sustentabilidade ambiental e valorização cultural (MALUF, 2009).

O PAA foi instituído em 2003, a partir de uma proposição do CONSEA como parte da Estratégia FOME ZERO, fazendo parte do eixo 2 deste programa e diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, procurando desenvolver ações que possibilitem o crescimento e a geração de renda para os pequenos agricultores, sendo os programas: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar), Plano de Garantia-Safra, Seguro para Agricultura Familiar, e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), com o qual o PMBS é parceiro (MDS, 2011). Dentro das diretrizes e dos princípios de SAN temos o apoio da agricultura familiar como uma das formas de efetivação de do Direito Humano Alimentação Adequada (DHAA), desta forma

A agricultura realizada em bases familiares possui duas peculiaridades. Ela possibilita, por um lado, a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário e favorece a valorização da dimensão social, ambiental e cultural da produção



agroalimentar, como é próprio do enfoque de SAN. As atividades alimentares de pequena escala são, ao mesmo tempo, grande geradoras de ocupação e de renda e ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados, tornando-as componente central de estratégias de desenvolvimento com equidade social e SAN. (MALUF, 2009, p.132)

O PAA foi regulamentado apenas em 2008, ele prevê a compra governamental de produtos dos agricultores familiares para abastecer programas voltados para o atendimento das populações em vulnerabilidade social e insegurança alimentar (CONSEA, 2009). Proporcionando desta forma garantia para os agricultores da venda de sua produção.

Além da preocupação com a distribuição de alimentos as instituições sociais, que se encontram devidamente cadastradas, o Programa Mesa Brasil SESC, realiza Ações Educativas, na área de Nutrição com oficinas e cursos de aproveitamento integral dos alimentos e práticas de manipulação, sendo estas oferecidas para as cozinheiras e voluntárias das instituições sociais, como para os usuários destas, propiciando um melhor aproveitamento dos alimentos doados pelo PMBS, evitando o desperdício e enriquecendo o cardápio das famílias, com as partes dos alimentos que geralmente iriam para o lixo. Na área de Serviço Social, são realizadas oficinas, palestras, cursos, treinamentos que buscam viabilizar a capacitação permanente e continuada das instituições que atendem a comunidade em vulnerabilidade social, no sentido de reconhecimento dos direitos, e apresentando aos coordenadores, as vias de encaminhamento para demais serviços de assistência, proporcionando um conhecimento entre as instituições, fortalecendo desta forma o conceito de rede de atendimento. São realizadas ações para as empresas e produtores doadores do PMBS, expondo a importância que as doações tem para as entidades receptoras, e para a luta contra a fome, a desnutrição e o desperdício de alimentos. Contribuindo minimamente para diminuir o abismo existente entre o desperdício e a fome.

O PMBS Guarapuava iniciou suas atividades em fevereiro de 2009, atua com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo Departamento Nacional. É composto por uma equipe interdisciplinar de Nutricionista, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, estagiários de Nutrição e de Serviço Social, e pela equipe operacional, sendo motorista e auxiliar de serviços gerais. Atualmente atende 57 instituições em Guarapuava e abrangências, complementando em media 115 mil refeições/lanches ao mês, perfazendo um total de aproximadamente 138 toneladas de alimentos distribuídos no período de janeiro a maio de 2011 (Banco de Dados do



PMBS – Guarapuava). E a parceira com quatro projetos do PAA de Guarapuava e abrangências, totaliza por volta de 6 toneladas de alimentos semanais, somente com os produtos advindos do PAA.

	Kg Doados	Kg Distribuídos	Atendimentos	Nº de pessoas	% Ano
2009	86753	96611	855718	3977	121
2010	91610	142801	1148587	6546	143

Figura 1: Tabela



Figura 2: Equipe Mesa Brasil SESC - Guarapuava



Figura 3: Estagiárias do PMBS participando do evento Nós Podemos Paraná.

Neste mesmo período foram realizadas 7 ações educativas para o público das Instituições Sociais, e uma para os doadores, na área de Serviço Social com o intuito de oferecer suporte para as Instituições Sociais na operacionalização das Políticas Sociais e no reconhecimento de seus direitos fundamentais. Na área de Nutrição foram oferecidos 5 treinamentos e oficinas culinárias para o aproveitamento integral dos alimentos e de manipulação adequada, propiciando a preparação de uma refeição segura, balanceada e sem desperdícios.

5. CONCLUSÕES

Diante das informações apresentadas, nota-se que o PMBS vem ao encontro das políticas nacionais de SAN, preocupa-se em propiciar o acesso a alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, buscando consolidar os princípios norteadores da SAN. Através da parceria com PAA, valoriza e fortalece a agricultura familiar, atuando como uma ponte entre os agricultores e as instituições receptoras, realiza a logística, facilitando o escoamento e transporte destes alimentos para os agricultores, que muitas vezes não tem condições de fazer esta logística, pelo pouco recurso disponibilizado pelo PAA. As ações desenvolvidas pelo



Mesa Brasil Sesc tem o objetivo de reduzir o desperdício na oferta, na distribuição, no tratamento domiciliar e no consumo de alimentos. Apesar dos avanços na consolidação desta política, ainda há muitos desafios a serem enfrentados integrando vários aspectos como, cidadania, inclusão social, educação e tantos outros, para que o direito a alimentação seja alcançado efetivamente e o PMBS através de suas ações se torna um agente que contribui para a efetivação deste direito.

6. REFERÊNCIAS

BANCO DE DADOS PMBS – Guarapuava.

CONSEA, Brasília, novembro de 2009.

Disponível em: https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf

Acessado em 27/05/2011.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**, 15 de setembro 2006.

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**.

Disponível em: www.mds.gov.br acessado em 16/06/2011

MALUFF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2 edição; Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Plano de Ação do Mesa Brasil – SESC, 2008/2010.

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Diagnostico da Insegurança Alimentar e Nutricional na Região de Guarapuava e Irati**. Guarapuava, 2009. Não publicado.

Site Mesa Brasil: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/> acessado em 05/06/2011.

VALENTE, F. L . S. **Direito Humano a Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.